

Apresentação

Ana Paula Araujo Fonseca*
Juliana Franzi**

A elaboração deste material é resultado de um trabalho advindo do projeto de extensão intitulado “Rede de diálogo: a educação em debate”. Tal projeto implicou um esforço de articulação entre diferentes profissionais dos cursos de Licenciatura da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – a UNILA –, localizada em Foz do Iguaçu/PR, na região da fronteira trinacional: Brasil, Paraguai e Argentina. A UNILA conta com sete cursos de Licenciatura, a saber: História; Geografia; Filosofia; Letras, Espanhol e Português como Línguas Estrangeiras; Matemática; Química e Ciências da Natureza. Todos estes cursos se envolveram na elaboração e na materialização do projeto de extensão e estão representados no Fórum das Licenciaturas da UNILA, instância apoiadora deste projeto extensionista. A obra que aqui buscamos registrar e apresentar tem o objetivo central de contribuir, de maneira respeitosa, com a formação e a prática pedagógica dos docentes e das docentes da Educação Básica.

Desde já, sinalizamos que não acreditamos em receitas ou fórmulas mágicas que ditam como os educadores e as educadoras devem agir. Antes, pelo contrário, desejamos oportunizar um olhar crítico e analítico sobre o processo educacional e, sobretudo, acerca da Base Nacional Comum Curricular de tal modo que, na *práxis* educativa, o docente e a docente, a partir de sua aquiescência, possam se amparar em algumas orientações e reflexões que aqui tecemos.

Neste texto de apresentação do material trazemos alguns dispositivos legais que marcaram a previsão de uma base nacional comum no currículo escolar brasileiro. Esses marcos legais poderão ser retomados nos diferentes textos que compõem este livro. No entanto, nesta apresentação, buscamos assegurar uma abordagem cronológica até a elaboração da BNCC.

* Professora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA, onde integra o Fórum das Licenciaturas. Doutora em Educação pela UFSCar, mestra em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem pela UNESP-Bauru, psicóloga e licenciada em Psicologia pela UNESP-Bauru.
E-mail: ana.araujo@unila.edu.br

** Docente, alocada na área da Educação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Na UNILA leciona componentes pedagógicos em distintas Licenciaturas. Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e Mestre em Educação e Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).
E-mail: juliana.franzi@unila.edu.br

Primeiramente, sinalizamos que a previsão de conteúdos mínimos que orientassem a educação escolar em todo o território brasileiro foi indicada desde a *Constituição Federal de 1988* que apontou, em seu Artigo 210, que: “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988).

Seguindo a orientação advinda da Carta Magna, em 20 de dezembro de 1996 foi aprovada a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394**, que em seu Artigo 26 afirmou que:

Para acessar o texto completo da *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)*, Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, visite a página disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 30 mar. 2022.

Art. 26 - Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (BRASIL, 1996).

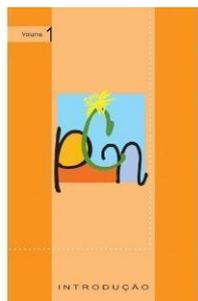
A despeito de tais conteúdos mínimos terem sido mencionados desde 1988, na *Constituição Federal*, é somente ao final da década de 1990 que o Brasil passa a contar com documentos nacionais que visavam balizar o currículo da Educação Básica: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

Em 1997 são apresentados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Fundamental, da 1ª a 4ª série.

Em 1998 são finalizados os dez volumes dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Fundamental, destinados a orientar o trabalho pedagógico da 5ª até a 8ª série.

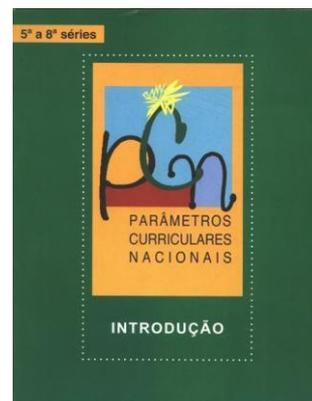


Para acessar o texto completo da *Constituição Federal de 1988*, visite a página disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 30 mar. 2022.



Para acessar a obra *Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais*, visite a página disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>.
Acesso em: 30 mar. 2022.

Tais documentos foram apresentados pelo Ministério da Educação do Brasil como forma de orientação – e, portanto, com caráter de não-obrigatoriedade (BONAMINO; MARTINEZ, 2002) – para o trabalho docente.



Para acessar a obra *Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino*, visite a página disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/sseb/arquivos/pdf/introducao.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2022.

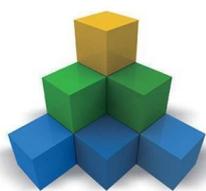
Do processo que transcorreu da passagem dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) à elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) cabe mencionar, como nos lembra Girotto (2017), que a criação da BNCC estava prevista de modo especial na meta 7 do Plano Nacional de Educação (PNE- 2014), sendo lançada a proposta de elaboração da Base ainda no governo de Dilma Rouseff (GIROTTTO, 2018).



Você conhece os Planos Nacionais de Educação (PNE) já desenvolvidos no Brasil? O primeiro Plano Nacional de Educação do Brasil teve vigência entre 2001-2010 (Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001). E o segundo, ainda em andamento, foi proposto para transcorrer entre 2014 e 2024 (Lei nº 13.005/2014). Conheça as diretrizes, metas e estratégias para a política educacional brasileira no período de 2014 a 2024, na página disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/>>. Acesso em: 30 mar. 2022.

Bem como monitore o desenvolvimento das metas na página disponível em: <http://simec.mec.gov.br/pde/grafico_pne.php>. Acesso em: 30 mar. 2022.

A aprovação da BNCC para a educação infantil e para o ensino fundamental foi homologada em dezembro de 2017, mesmo sem contar com as indicações referentes ao Ensino Médio e a despeito de diversas críticas (FRANCO; MUNFORD, 2018). A BNCC do Ensino Médio foi interrompida em razão da Medida Provisória nº 746, sendo aprovada, repentinamente, em 8 de novembro de 2018, no Conselho Nacional de Educação (COSTA; SILVA, 2019).



**BASE
NACIONAL
COMUM
CURRICULAR**

EDUCAÇÃO É A BASE

Acesse os documentos relativos à Base Nacional Comum Curricular, disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 30 mar. 2022.

A BNCC revela que o delineamento de um currículo comum para normatizar a educação em um território nacional tão extenso e com tamanha diversidade não se configura como uma tarefa trivial, revelando-se como um campo notavelmente marcado por tensas e intensas disputas. Isto porque, no caso da elaboração da Base Nacional Comum Curricular, as disputas se mostraram ainda mais acentuadas que as travadas outrora.

A aprovação da BNCC representou, em grande medida, um processo de negação das “vozes” de diversos e diversas profissionais da educação que tentaram aportar para a construção do documento, sobretudo por meio das consultas públicas que ocorreram até que se chegasse à terceira versão do documento. Entretanto, tais profissionais acabaram vendo suas propostas serem minimizadas, principalmente na última versão da BNCC. Nesse processo acabou prevalecendo os interesses dos “reformadores empresariais da educação”, consoante nos explica Freitas (2018).

Diferentemente dos PCNs passamos, com a homologação da BNCC, a contar não mais com orientações para cumprir com a base comum curricular, mas, sim, com um instrumento que passou a normatizar o trabalho pedagógico docente de todos os educadores e todas as educadoras em território nacional.

A adequação do trabalho pedagógico à BNCC e a materialização desse documento em sala de aula, certamente, não se dá sem controvérsias. São justamente os desafios aventados por esse processo nosso foco de atenção nesta publicação.

Com base nesse propósito organizamos o material que segue.

Salientamos que não trabalhamos com um modelo único de texto, tendo as organizadoras do material e do projeto apenas orientado o uso de uma linguagem clara, precisa e de fácil entendimento, visando transcender a linguagem acadêmica. Além disso, propôs-se o uso de imagens, de indicação de vídeos e de indagações que contribuíssem para fomentar a reflexão sobre o tema, dentre outros recursos, pois entendemos serem importantes para promover a fluidez do texto. A partir dessa orientação recebemos textos com estilos diversos, sendo todos eles, cada qual a seu modo, essenciais para aportar para a reflexão analítica e crítica sobre a BNCC. De modo geral, a obra que aqui se apresenta caminha na contracorrente por duas vias: por investir na análise crítica sobre a BNCC e por assumir uma linguagem que foge do modelo produtivista que prevalece na academia e na ciência, buscando fomentar várias

formas de expressão. Nosso objetivo central foi o de contribuir com a formação docente, lançando mão de diferentes estilos de textos para essa finalidade.

Também foi uma opção respeitar o idioma preferencial para a escrita do capítulo, tendo em vista que um de nossos convidados é chileno e tem o espanhol como língua materna. Consideramos que a promoção de diversidades de linguagens e de línguas seria uma forma de demonstrarmos nossa crença na pluralidade de possibilidades e apostar nas diferenças como valor, contrariando, inclusive, a lógica que permeia a concepção que está por trás do texto da BNCC. Soma-se a isso o fato de que procuramos manter a coerência desta publicação com o projeto da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, única universidade oficialmente bilíngue no Brasil (português e espanhol são línguas oficiais da UNILA).

O Capítulo 1 apresenta o histórico do nascimento do projeto de extensão “Rede de diálogo: a educação em debate”, assim como descreve e analisa as ações desenvolvidas durante o ano de 2021.

O Capítulo 2, intitulado “Iniciando o diálogo sobre a Base Nacional Comum Curricular”, é de autoria de Juliana Franzi e Marcelo Augusto Rocha. Nesse texto, a autora e o autor indagam acerca do projeto de educação que temos e o projeto de educação que queremos construir. Com base nisso, questionam os retrocessos perante a impossibilidade de a Base Nacional Comum Curricular contribuir para um projeto educacional que se fundamenta na busca por uma sociedade mais justa, igualitária, solidária e humanizadora.

O capítulo 3, de autoria de Ana Paula Araujo Fonseca, aborda os impactos da BNCC para a Educação Inclusiva. A autora inicia a discussão contextualizando a diferença entre educação especial e educação inclusiva e trazendo os marcos legais e os dados do Censo Escolar sobre a inclusão escolar dos estudantes e das estudantes que são alvo da educação especial desde a aprovação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008 até os dias atuais. Por fim, apresenta como a BNCC tratou essa temática e traz reflexões aos educadores e às educadoras sobre os caminhos de resistência e as lutas possíveis para efetivar uma educação inclusiva, mesmo diante do cenário educacional atual, prescrito pela BNCC, que é de homogeneização e padronização de desempenhos dos estudantes e das estudantes das escolas.

O Capítulo 4, “Políticas Curriculares para a Educação Infantil: a BNCC e a gênese dos campos de experiências, seus fundamentos e perspectivas para a formação humana”, é de autoria de Márcia Cossetin, Elvenice Tatiana Zoia e Heloisa Toshie Irie

Saito. Nesse texto as autoras revelam um olhar crítico para com a BNCC, ressaltando as mazelas que o documento imprime à luta pela consolidação da Educação Infantil em contexto nacional.

O Capítulo 5, intitulado “A invisibilidade da Educação de Jovens e Adultos na BNCC”, escrito por Solange Bonomo Assumpção, denuncia o negligenciamento da Base Nacional Comum Curricular no que se refere à prática educacional direcionada para pessoas jovens, adultas e idosas, ou seja, para o público da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A partir de aspectos legais sobre essa modalidade e de dados preocupantes e reveladores da restrição do direito à educação, historicamente conquistado para determinados grupos de brasileiras e brasileiros, a autora visa a sensibilizar o leitor e a leitora à necessária luta em prol do fortalecimento da EJA como também à contraposição à BNCC como documento que corrobora para inviabilizar essa modalidade educacional e, conseqüentemente, contribui para minimizar a atenção à destinação de recursos para uma política de Estado que assegure o direito à educação para pessoas jovens, adultas e idosas.

O Capítulo 6, de autoria de Juliana Fatima Serraglio Pasini e Valdecir Soligo, coloca em pauta o tema da avaliação na Base Nacional Comum Curricular, sob o título “Políticas de Avaliação em Larga Escala e a BNCC”. Pasini e Soligo apresentam o histórico de como o tema da avaliação foi tratado em contexto nacional. Ao remeterem-se aos processos de avaliação em larga escala da atualidade, a autora e o autor sinalizam que as avaliações tendem a padronizar resultados que representam realidades muito diversas, comparando “o que é incomparável”. Por meio de tais processos o que se visa é muito mais a classificação do que uma aposta na melhoria dos sistemas escolares, sobretudo aqueles que mais demandam apoio do poder público.

No Capítulo 7, Eduardo Donizete Girotto expõe as intencionalidades que marcaram a aprovação da Base Nacional Comum Curricular, caracterizada por um processo no qual – a despeito de envolver dois anos até a sua efetiva homologação, com consultas públicas, e ser desenvolvida em três versões – houve a ausência de efetivo diálogo democrático com vistas à construção desse documento. Nesse sentido, Girotto explicita as motivações de grupos empresariais que têm ganhado presença cada vez mais notória nas discussões e nos processos decisórios sobre as políticas educacionais. Para tanto, a apropriação da lógica empresarial no seio da escola pública tende a desconsiderar as realidades diversas que permeiam os sistemas escolares tratando-os como homogêneos, razão pela qual Girotto recorre ao conceito de “abstracionismo pedagógico”, de Azanha (2014), visando explicitar o intento neoliberal que perpassa a lógica que pretende olhar a escola, tratando-a como uniforme. Apesar de tal intenção,

Giroto destaca a potencialidade dos atores que se encontram na educação formal, sendo as escolas territórios notadamente caracterizados pela diversidade dos sujeitos que a compõem e por relações de poder que configuram desigualdades. Contudo, Giroto destaca a capacidade dos sistemas escolares de subverter as relações até então estabelecidas.

O Capítulo 8, de autoria de Miguel Antonio Ahumada Cristi, apresenta como os princípios neoliberais marcaram profundamente o cenário das políticas públicas no Chile, apostando em um currículo mínimo e altamente padronizado, atuando para configurar uma escola para as elites e, por outro lado, para as classes sociais mais vulneráveis. Esse contexto, que no Chile ganhou apoio a partir da ditadura de Pinochet, por meio de uma série de movimentos sociais, tem sido amplamente questionado e tensionado pela sociedade chilena. Posteriormente, o autor estabelece uma série de comparações entre as políticas neoliberais no Chile e no Brasil. Para Ahumada Cristi, o Brasil tem reeditado políticas educacionais, sobretudo por meio da Base Nacional Comum Curricular, cujos resultados em outros contextos revelam marcas profundamente desiguais. Ao final, o autor apresenta a experiência de um projeto que visa à elaboração de materiais didáticos que fogem da lógica da BNCC e apostam em uma educação voltada para os direitos humanos.

No Capítulo 9, de autoria de Catarina Costa Fernandes, embora não tenhamos uma abordagem direta sobre a Base Nacional Comum Curricular, há a apresentação do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, o PIBID, e um retrato de sua evolução no período anterior à BNCC. Nessa direção, discorrendo sobre o início do PIBID na UNILA, Fernandes esclarece que o referido programa objetiva propiciar aos pibidianos e às pibidianas a percepção do que é ser Professor e ser Professora, e essa percepção traz, em seu bojo, um repensar investigativo, balizado na superação da matriz formativa tradicional que focaliza meramente a formação profissional pautada somente no domínio do saber pedagógico. A autora considera que a formação de professores e professoras nesse viés requer uma busca constante de aprimoramento, imbricada na utilização de novas metodologias que promovam melhores resultados dentro do processo de ensino-aprendizagem. Assim, o PIBID, ao promover a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, solidifica essas ações que tendem a favorecer a valorização docente e, com isso, consolidar uma educação pública de qualidade.

O Capítulo 10, de autoria de Welington Francisco, apresenta uma visão crítica sobre a proposição de competências e habilidades previstas na BNCC para tratar dos temas de Química e/ou Ciências no Ensino Fundamental e Médio. O autor exemplifica

didaticamente como desmembrar as competências previstas da BNCC para essa área, a partir de princípios e características do enfoque Ciência-Tecnologia-Sociedade (CTS).

O Capítulo 11, escrito por Laura Cristina Pires Lima, fomenta o debate sobre o ensino de Biologia e/ou Ciências, especialmente na subárea Botânica, demonstrando quão necessário é esse conhecimento aos estudantes e às estudantes do Ensino Fundamental e Médio para aumentar as chances de que o engajamento no cuidado com as plantas e a vegetação do planeta seja valorizado desde o início da vida escolar. A autora nos mostra que a BNCC suprimiu de forma significativa esses conteúdos da Educação Básica e encerra seu texto indicando caminhos possíveis a serem adotados pelos professores e pelas professoras para reintroduzir esses conhecimentos e essas reflexões no cotidiano escolar, apesar do apagamento pretendido pela BNCC.

Para tratar do ensino de Língua Portuguesa contamos com o Capítulo 12, de autoria de Simone Beatriz Cordeiro Ribeiro, que contribui com uma reflexão teórica sobre o objeto “texto” e a sua relação com os conceitos de tipo textual e de gênero textual, tendo em vista que essas abordagens, praticamente, não são discutidas, conceitualizadas e diferenciadas na BNCC. Isso corrobora para uma provável prática de escrita, oralidade, leitura e produção textual ainda centrada no texto como pretexto para ensinar gramática e no uso da abordagem tipológica que, intensivamente utilizada nas décadas de 1970, 1980 e parte da década de 1990, priorizava a descrição de superestruturas textuais.

O Capítulo 13, escrito por Marcelo Augusto Rocha e Léia Aparecida Veiga, tece uma análise sobre o papel do ensino de Geografia na Educação Básica. O autor e a autora iniciam seu texto problematizando quais interesses econômicos e ideológicos estariam por trás da BNCC: o que é e para que serve o currículo? Qual a relevância da presença da Geografia no currículo escolar? Para finalizar, trazem a concepção da pedagogia histórico-crítica como alternativa de superação da superficialidade da BNCC nas aulas de Geografia, com exemplificação a partir de um plano de aula que ilustra essa possibilidade.

O Capítulo 14, de Ana Rita Uhle e Tiago Costa Sanches, apresenta ao leitor e à leitora uma problematização quanto às habilidades exigidas na BNCC para o Ensino de História no Ensino Fundamental, assim como o excesso de conteúdos e a opção por uma visão linear de conhecimento histórico, esvaziando o sujeito histórico que é fruto de seu tempo histórico e das relações sociais nas quais está inserido. A autora e o autor encerram o capítulo mostrando que uma forma de resistir aos modelos e às práticas homogêneas, como as da BNCC, é apostar em ferramentas que permitam explorar as potencialidades e peculiaridades das comunidades com as quais cada professor e

professora se relaciona cotidianamente. Um bom exemplo disso é o resgate da história local e suas relações com a história global, valorizando histórias plurais como também as identidades e as memórias das pessoas envolvidas.

Esperamos que as reflexões aventadas por cada um dos capítulos permitam que o leitor e a leitora se aproximem do tema da Base Nacional Comum Curricular e possam exercitar sua própria análise crítica, favorecendo a promoção de debates em seus espaços formativos, de forma mais qualificada, e de práticas profissionais cada vez mais conscientes e alinhadas ao real sentido da educação nacional. Nesse processo é provável que tenhamos cada vez mais agentes que se somem na contraposição do discurso dos reformadores empresariais da educação e favorável às narrativas de luta histórica dos educadores e das educadoras que estão nos espaços escolares. Acreditamos que se somar a esta disputa constitui um percurso necessário e promissor para assegurar a qualidade da educação pública.

Referências

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 30 mar. 2022.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 30 mar. 2022.
- BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Fundamental, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2022.
- BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Fundamental, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2022.
- AZANHA, J. M. P. **Uma ideia de pesquisa educacional**. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2011.
- BONAMINO, A. M. C.; MARTINEZ, S. Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental: a participação das instâncias políticas do Estado. **Educação & Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 80, p. 371-388, 2002.
- COSTA, M. de O.; SILVA, L. A. da. Educação e democracia: Base Nacional Comum Curricular e novo ensino médio sob a ótica de entidades acadêmicas da área educacional. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 24, 2019.

FRANCO, L. G. S.; MUNFORD, D. Reflexões sobre a Base Nacional Comum Curricular: um olhar da área de Ciências da Natureza. **Horizontes**, Itatiba, v. 36, p. 158-171, 2018.

FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GIROTTO, E. D. Dos PCNs à BNCC: o ensino de geografia sob o domínio neoliberal. **GEO UERJ**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 419-439, 2017.

GIROTTO, E. D. Entre o abstracionismo pedagógico e os territórios de luta: a base nacional comum curricular e a defesa da escola pública. **Horizontes**, Itatiba, v. 36, n. 1, p. 16-30, jan./abr. 2018.